

Resolução nº 1038/2016-CR

Dispõe sobre recurso interposto contra decisão da **Câmara de Julgamento da AGR**, referente ao **Auto de Infração nº 0036/2015**, em nome do **Instituto de Gestão e Humanização - IGH/Hospital Materno Infantil - HMI**, conforme processo nº **201500029001457**.

O Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o Conselho Regulador da AGR é dotado de poderes para exercer a regulação, o controle e a fiscalização da prestação dos serviços públicos de competência estadual, nos termos do art. 11 da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, com a redação modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011;

Considerando o disposto no inciso VIII, do art. 11, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999 e o inciso VIII, do art. 4º, do Decreto nº 8.498, de 02 de dezembro de 2015, que estabelecem que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente, deverão ser por ele deliberados;

Considerando que a Resolução Normativa nº 007/2013-CR, datada de 30 de outubro de 2013, que dispõe sobre os procedimentos para aplicação de penalidades às entidades sociais, organização social (OS) e/ou organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), em que o Estado seja parte, direta ou indiretamente;

Considerando que o Instituto de Gestão e Humanização - IGH/Hospital Materno Infantil - HMI interpôs recurso em tempo hábil, demonstrando seu inconformismo contra a decisão da **Câmara de Julgamento da AGR**, conforme **Resolução nº 0110/2016-CJ**;

Considerando as manifestações constantes do processo, do Parecer **GECR nº 0027/2016** e do voto do relator de fls. 110, que passam a ser parte integrante desta decisão;

Considerando a decisão uniforme do Conselho Regulador, em reunião realizada no dia **26/10/2016**,

RESOLVE:

Art. 1º - Conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo **Instituto de Gestão e Humanização - IGH/ Hospital Materno Infantil - HMI** e, de consequência, **ANULAR** os efeitos legais do **Auto de Infração nº 0036/2015**, haja vista o poder/dever da Administração Pública de rever e anular os seus atos quando eivados de vícios.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 04 dias do mês de novembro de 2016.

Ridoval Darci Chiareloto
Conselheiro Presidente

jacac/gesg